

CONTEXTO PRA LÁ, CONTEXTO PRA CÁ: CONTRIBUIÇÕES ANTROPOLÓGICAS PARA A FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS-PSICOTERAPEUTAS

*Context here, context there: anthropological
contributions to the training of psychologist-psychotherapists*

*Contexto por aquí, contexto por allá: contribuciones antropológicas
a la formación de psicólogos-psicoterapeutas*

JOÃO PAULO SIQUEIRA ¹
ORCID: 0000-0002-6154-1324

RESUMO

Este artigo pretende discutir possíveis contribuições da ciência antropológica para a formação de psicólogos, em especial no que se refere à atenção ao contexto sociocultural para um cuidado racializado em saúde mental. Como recorte de uma investigação etnográfica de maior escala, junto a um grupo de estágio e serviço de psicoterapia racializada, analiso os documentos que regem a formação de psicólogos em uma universidade do Centro-Oeste brasileiro, especificamente o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia (PPC). Na análise desse documento, identifiquei determinadas imposições de significação, como na demasiada utilização da palavra “contexto”, usada de forma ambígua, ora referindo-se a ambiente, ora como sinônimo de cultura. A partir dessa identificação, argumento que determinados dispositivos ético-metodológicos – como a desnaturalização, levar o outro a sério e o relativismo – são características da antropologia e podem contribuir para a formação de profissionais da saúde mental. Portanto, aposto na antropologia enquanto disposição reflexiva, que não oferece respostas manualísticas, mas que pode gerar perguntas transformadoras, para potencializar a comunicação entre alteridades, a mediação diplomática entre mundos e um cuidado em saúde mental que ressoe com o contexto sociocultural, que seria, então, racializado.

Palavras-chave: cuidado racializado; antropologia da ciência; antropologia da saúde; saberes psi; etnografia com documentos.

ABSTRACT

This article aims to discuss possible contributions of anthropological science to the training of psychologists, especially regarding attention to the sociocultural context for racialized mental health care. As part of a larger ethnographic investigation with a psychology internship group and a racialized psychotherapy service, I analyze the documents that govern the training of psychologists at a university in the Central-West region of Brazil, specifically the Psychology Course Pedagogical Project (PPC). In the analysis of this document, I identified certain impositions of meaning, such as the excessive use of the word “context,” used ambiguously—sometimes referring to environment, sometimes as a synonym for culture. Based on this identification, I argue that certain ethical-methodological tools—such as denaturalization, taking the other seriously, and relativism—are characteristics of anthropology and can contribute to the training of mental health professionals. Therefore, I bet on anthropology as a reflexive disposition that does not offer manual-like answers but can generate transformative questions, enhancing communication between alterities, diplomatic mediation

¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Psicologia pela mesma universidade. Integra o laboratório de pesquisa em Antropologia e Saúde Coletiva (CASCA) do PPGAS/UnB. Tem experiência de pesquisa sobre relações raciais e étnicas, saúde e racismo, formação de psicólogos, além de processos de subjetivação e decolonialidade. E-mail: joaop.307@gmail.com

between worlds, and mental health care that resonates with the sociocultural context—which would then be racialized.

Keywords: racialized care; anthropology of science; anthropology of health; psychological knowledge; ethnography with documents.

RESUMEN

Este artículo pretende discutir posibles aportes de la ciencia antropológica a la formación de psicólogos, especialmente en lo que se refiere a la atención al contexto sociocultural para un cuidado racializado en salud mental. Como recorte de una investigación etnográfica de mayor escala, realizada con un grupo de prácticas y un servicio de psicoterapia racializada, analizo los documentos que rigen la formación de psicólogos en una universidad de la región Centro-Oeste de Brasil, específicamente el Proyecto Pedagógico del Curso de Psicología (PPC). En el análisis de dicho documento, identifiqué ciertas imposiciones de significación, como el uso excesivo de la palabra “contexto”, utilizada de forma ambigua—en ocasiones refiriéndose al entorno, en otras como sinónimo de cultura. A partir de esta identificación, sostengo que ciertos dispositivos ético-metodológicos—como la desnaturalización, tomar al otro en serio y el relativismo—son características propias de la antropología y pueden contribuir a la formación de profesionales de la salud mental. Por lo tanto, apuesto por la antropología como una disposición reflexiva que no ofrece respuestas manualísticas, sino que puede generar preguntas transformadoras, potenciando la comunicación entre alteridades, la mediación diplomática entre mundos y un cuidado en salud mental que resuene con el contexto sociocultural, que sería, entonces, racializado.

Palabras clave: cuidado racializado; antropología de la ciencia; antropología de la salud; saberes psicológicos; etnografía con documentos.

INTRODUÇÃO

“A sua cabeça pensa a partir do lugar onde estão fincados os seus pés.”

(Conceição Evaristo, 2017, 356” em *O ponto de partida da escrita*)

A partir de investigação etnográfica junto ao Sankofa, um grupo de estágio e serviço de psicoterapia racializada para universitários negros, discuto a formação de psicólogos para atenderem demandas raciais na clínica psicológica. O recorte escolhido para este artigo foi a discussão de documentos que regem a formação de psicólogos em uma universidade do Centro-Oeste brasileiro. Especificamente, analisei o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia (PPC), instituído em 2014, como parte da etnografia realizada em 2023. A discussão a seguir tem como mote a identificação e o estranhamento de um determinado padrão de significação imposto ao documento, a saber: a frequente e ambígua utilização da palavra *contexto*, tomada como princípio explicativo.

O PPC define, em âmbito local, princípios e compromissos; competências e habilidades gerais; eixos estruturantes; ênfases curriculares e orientações nos âmbitos do ensino, pesquisa e estágio para o curso de Psicologia. Nesse sentido, elenco este documento como artefato etnográfico para compreender a perspectiva da Ciência e do Estado a respeito da formação de profissionais da saúde mental (Lowenkron; Ferreira, 2014), o qual foi elaborado e aplicado por docentes, cientistas e, ao mesmo tempo, servidores do Estado, constituídos de subjetividade, raça, política, gênero, desejo e, portanto, de ciência. Isto posto, argumento que o PPC não só delineou uma específica formação, mas produziu experiências, realidades e profissionais que se formaram sob a égide deste.

No PPC, documento com quase 150 laudas, a palavra *contexto* foi mobilizada em 78 oportunidades. Embora a palavra *contexto* pareça não necessitar de detalhamento em seu significado, identifiquei que o sentido do uso é diferente a depender do referencial teórico utilizado, podendo referir-se às variáveis ambientais, alinhadas a uma tradição psicológica cognitivista da aprendizagem (Ingold, 2010); como também se aproximar de uma noção de contexto mais ampla, nos termos socioculturais e estruturantes, como assumido pela decolonialidade (Bernardino-Costa et al., 2018) ou pelas etnopsis, a saber: etnopsicologia, etnopsicanálise e etnopsiquiatria (Scorsolini-Comin; Bairrão, 2023).

O estranhamento do *contexto*, enquanto categoria, foi fruto de minhas primeiras análises dos documentos, pois, ao encontrar essa palavra, assumi, tacitamente, o seu sentido como sinônimo de *sociocultural*. Esse significado, contudo, não ressoava necessariamente com o sentido imposto no documento. Nessa empreitada etnográfica de constantes aproximações e distanciamentos, vejo que essa naturalização muito se deu por ter me graduado em Psicologia, sendo muito influenciado pelas etnopsis e pela decolonialidade.

De forma comum, as etnopsis apropriam-se de reflexões da Antropologia para fundamentar o entendimento de *contexto sociocultural* enquanto estruturante dos processos de subjetivação, sofrimento e saúde mental e, assim, balizar suas intervenções (Siqueira, 2024). Estas surgiram como propostas alternativas diante da inabilidade do enfoque biomédico no cuidado de grupos sociais fora do padrão eurocêntrico, especialmente imigrantes-refugiados (Pereira, 2020).

A exemplo disso, apresentarei duas pesquisas que indicam a potencialidade do encontro entre os saberes *psi* e a Antropologia para um cuidado racializado em saúde mental e, portanto, contextualizado socioculturalmente. As pesquisas a serem discutidas são a colaboração entre Frantz Fanon e Jacques Azoulay ([1954] 2020), psiquiatras atuantes num hospital psiquiátrico na Argélia, e a de Alexandre Pereira (2020), antropólogo num ambulatório transcultural no Brasil. Em ambas as investigações, a Antropologia se mostrou como importante recurso ético-metodológico para a capacitação de profissionais da saúde, sobretudo psiquiatras e psicólogos. Especialmente ao tensionar as bases ontoepistêmicas dos saberes *psi*, como o etnocentrismo, o cognitivismo biológico e a desterritorialização, fortalecendo, assim, os serviços e gerando maior adesão, autonomia e compreensão integral.

Isto posto, argumento que a palavra *contexto* utilizada no PPC, sob um sentido cognitivista, denega as relações raciais e os aspectos socioculturais. Dinâmica característica do racismo à brasileira (Gonzalez, 1984), já identificada na prática de profissionais da saúde e gestores do Estado, nos termos de resistência, silenciamento e recusa à racialização (Milanezi; Silva, 2019). Diante disso, compreendo que essa resistência à racialização permeou a produção dos documentos que orientam a formação analisada. Portanto, aposto no diálogo com a Antropologia, munida de seus dispositivos ético-metodológicos — como a desnaturalização, levar o outro a sério e a contra-hegemonia — enquanto possibilidade de ressignificação nestes termos; não mediante respostas prontas, mas por meio da elaboração de outras perguntas (Ingold, 2019).

1. O PPC: PARA QUÊ? POR QUEM? O QUE GERA? A PARTIR DE QUAL REFERENCIAL TEÓRICO?

Este artigo é resultante da minha pesquisa de mestrado (Siqueira de Araújo, 2024). Durante o ano de 2023, dediquei-me a investigar a formação de psicólogos por meio da etnografia, isto é, uma disposição teórico-metodológica de escuta, convivência e abertura para a aprendizagem no processo de pesquisa; um modo de relação (Ingold, 2019). Acompanhei o cotidiano do Sankofa e sua relação institucional com a Clínica-Escola que o abrigava, mas, sobretudo, seus itinerários formativos para educar psicólogos-psicoterapeutas para uma escuta racializada. Para isso, realizei observações participantes das reuniões de supervisão e eventos do grupo, bem como empreendi entrevistas com seus participantes e membros da instituição de ensino, contabilizando quase 20 interlocutoras.

Os documentos surgiram como importante objeto de análise, justamente ao identificar que estes eram utilizados para justificar normas e condutas. Ao mesmo tempo, compreendi que produziam realidades formativas e construíam determinados profissionais (Freire, 2022). Diante disso, tomei como objeto de análise o documento que impunha uma formação específica aos graduandos em Psicologia: o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia.

O PPC vigente deste curso de Psicologia foi elaborado em 2012 e implementado em 2014. Com quase 150 páginas, contou com um grupo de trabalho dedicado à sua elaboração, composto por um docente pertencente a cada um dos quatro departamentos do curso, bem como um representante da Clínica-Escola, associado ao Instituto de Psicologia, e um presidente; sendo cinco mulheres e um homem, todos heteroidentificados por mim como brancos. Nenhum deles, à época, possuía formação ou produção sobre relações raciais.

Esse grupo de trabalho realizou a revisão do currículo anterior e, pareado às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia (DCN), delimitou os Eixos Estruturantes, Competências e Habilidades desejadas para a formação de profissionais. Ademais, o PPC foi apresentado e revisado por diferentes instâncias institucionais, como outros grupos de trabalho, conselhos internos, colegiados e decanatos,

para sua posterior aprovação. No entanto, parece ter havido pouco diálogo com os discentes, especialmente em termos deliberativos: o documento indica que eles foram informados, mas que não tiveram participação decisiva no processo de elaboração dos documentos.

O projeto pedagógico é um documento destinado à estruturação de uma proposta curricular e, no caso deste documento analisado, sua revisão teve como objetivo adequá-lo às demandas científicas, mercadológicas e sociais, apontando competências e habilidades necessárias para a formação de psicólogos para atuação profissional nos âmbitos supracitados e com orientação ética segundo os preceitos do Código de Ética da profissão. O PPC inicia-se com a descrição histórica da universidade, do instituto e de seus departamentos, bem como dos laboratórios e linhas de pesquisa em vigor à época. Apresenta a reestruturação curricular e o planejamento acadêmico — em especial, destaco a preconização de determinadas habilidades e competências a serem desenvolvidas por meio do currículo.

Habilidades e competências são termos polifônicos que dependem do referencial teórico que orienta o seu uso. No PPC da universidade, esses termos referenciam e partem de um viés estadunidense da psicologia cognitiva aplicada ao ambiente organizacional (Abbad; Borges-Andrade, 2014), no qual se entende *habilidades* como a capacidade de “saber como fazer” determinadas atividades, e *competências* como a aplicação bem-sucedida de conhecimentos, habilidades e atitudes. Assim, categorizam as habilidades como pré-requisitos para o desenvolvimento de competências, indicando uma noção específica de aprendizado baseada nas ciências cognitivas estadunidenses (Ingold, 2010).

De modo mais amplo, na pesquisa etnográfica, foi por meio da identificação dessas habilidades e competências que compreendi a potencialidade de contrastar — ou melhor, inter-relacionar — o delineado e o aplicado, entre o documento e o cotidiano, no que se refere à escolha de determinados aspectos em detrimento de outros, especificamente no currículo. Dessa forma, em diálogo com as interlocutoras que viveram a formação produzida por esse PPC, as habilidades e competências preconizadas não indicavam, de forma focalizada, a atenção às relações raciais. Benedita, interlocutora membro do Sankofa e graduada em Psicologia entre 2011 e 2018, destacou que a desatenção epistemológica detectada nos documentos influenciava diretamente os aspectos praxiológicos, configurando uma espécie de “ciclo vicioso”, ao relacionar que a denegação do racismo na formação teórica produziria um enfoque desracializado nas intervenções profissionais. Acompanhemos a sua fala:

Quando comecei o curso de Psicologia, em 2011, me assustou o quanto não se falava sobre o racismo. Lembro que a gente tinha uma matéria chamada “Psicologia: Ciência e Profissão” e, nela, se falava de diversas abordagens e um pouco do fazer do psicólogo e tudo, mas eu pensava: “Gente, por que ninguém está preocupado com a saúde mental das pessoas pretas? Por que a galera só fala de vulnerabilidade [socioeconômica], como se isso fosse suficiente para explicar como essas pessoas estão adoecidas ou não?” Então, comecei a questionar isso logo no início e, rapidamente, entendi que a saúde mental da população negra não era algo que fizesse parte das preocupações do que estava sendo transmitido (Benedita, entrevista concedida ao autor, 2023).

Como recorte deste artigo, percebi que o estranhamento com a repetição do termo *contexto* ocorreu justamente na descrição das habilidades e competências, ao tomá-lo como sinônimo de *sociocultural* e, assim, interpretar que as diretrizes preconizavam a compreensão das relações de poder estruturantes da sociedade brasileira. A título de exemplo, apresento as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas por meio do currículo, especialmente aquelas que mobilizam a categoria *contexto*. Primeiro, as habilidades: das sete definidas, três utilizam o termo.

- (1) Analisar *variáveis contextuais* sobre as quais o psicólogo atua;
- (2) Selecionar, aplicar e avaliar instrumentos e procedimentos de avaliação conforme o *contexto de atuação*;
- (3) Selecionar, aplicar e interpretar instrumentos e procedimentos de intervenção psicológica conforme o *contexto de atuação* (PPC de psicologia da universidade investigada, grifo meu).

No que se refere às competências, três das dez listadas podem ser associadas ao recorte, são elas:

- (a) Realizar intervenções psicológicas *de acordo com as características do contexto* e do problema;
- (b) Atuar em *diferentes contextos* promovendo a saúde e a qualidade de vida de pessoas;
- (c) Atuar em *diferentes contextos* promovendo o desenvolvimento e a inserção no mundo do trabalho de pessoas, grupos, organizações e *comunidades* (PPC de psicologia da universidade investigada, grifo meu).

Nos exemplos citados, a palavra *contexto* ora se associa ao contexto profissional, ora a variáveis mais amplas, mas sem a focalização em aspectos raciais ou socioculturais, gerando entendimentos ambíguos e, por vezes, inócuos. Como discutirei na próxima seção, compreendo que esse descolamento ou denegação das questões raciais e socioculturais nos documentos está relacionado às bases ontoepistêmicas das ciências *psi* e aos fundamentos do racismo no Brasil, reverberando na atenção à saúde mental e em suas intervenções. Considero o potencial dos recursos ético-metodológicos da Antropologia para mediar tal distanciamento, de forma sensível e provocativa (FLEISCHER et al., 2014).

2. CONTEXTO! (MAS PARA QUEM?)

A palavra *contexto* foi utilizada 78 vezes no PPC, um documento com quase 150 laudas. Ao mapear essa repetição, constateei dois movimentos em minha análise: 1) propor o estranhamento ao que me era familiar; e 2) entender que a repetição não é aleatória, ou seja, havia um sentido. Pude perceber minha interpretação não como algo universal, compartilhado por todos, mas como um entendimento particular, atravessado por influências teóricas. Diante disso, visei identificar e investigar os sentidos do uso presentes no documento a respeito dessa palavra.

Embora *contexto* pareça não necessitar de detalhamento em seu significado, o sentido de seu uso varia a depender do ponto de partida (para quem? A partir de onde?). Em uma rápida busca no Google sobre o termo, encontrei, no Dicionário Online de Português, a seguinte definição: “relação de dependência entre as situações que estão ligadas a um fato ou circunstância” (grifo meu). A fim de comparar, também busquei a definição em dicionários estadunidenses, pois, como já discutido, esse país é o grande centro de produção e divulgação histórica da Psicologia Científica e exerce grande influência no cenário estudado. Segundo o *Collins Dictionary*, a palavra *context* é utilizada da seguinte maneira: “the context of an idea or event is the general situation that relates to it, and which helps it to be understood” (grifo meu). Desse modo, parece haver um entendimento diferencial na intensidade da influência do contexto, pois, na definição brasileira, a palavra mobilizada foi “dependência”; já o dicionário estadunidense utilizou “helps”.

A análise etimológica e linguística não é o centro da discussão, ainda que possa contribuir para o entendimento. A minha compreensão de *contexto*, nessa dimensão aplicada cientificamente, prescinde do acompanhamento das palavras “social” e “cultural”, ou melhor, da junção destas em “sociocultural”, atribuindo ao termo o sentido de pano de fundo organizativo das ideias, valores e práticas de determinada formação social, constituída historicamente. Sendo assim, meu entendimento de *contexto* é automaticamente um sinônimo de “cultura”, em consonância com as etnopsis, que a compreendem enquanto sistema simbólico que permite interpretar e organizar a experiência do mundo, do corpo e das relações sociais de forma coletiva (Moro, 2010).

No entanto, conforme citado, no PPC há a indicação do referencial teórico que embasa o entendimento dos processos de aprendizagem e subjetivação, estando alinhado a uma perspectiva da psicologia organizacional estadunidense (Abbad; Borges-Andrade, 2014), de matriz cognitivista, como categoriza Ingold (2010). Nessa perspectiva, hegemônica na universidade investigada, *contexto* é facilmente tomado como *ambiente*, numa aproximação com o entendimento biológico sobre ambiente — isto é, o microcenário que circunda, como oposição ao interno —, mas sem necessariamente explorar o macro, o sociocultural.

Sendo assim, discerno que, no PPC, o uso da palavra *contexto* servia, com maior frequência, como sinônimo de situação ou circunstância de ação profissional, numa dimensão micro das relações interpessoais, com vistas a operacionalizar as habilidades de proatividade e criatividade frente às adversidades que constituem as intervenções. Dessa forma, há uma separabilidade entre o uso de *contexto* e as demandas sociais, como listado nas habilidades e competências. No entanto, na descrição de um dos eixos estruturantes do currículo, o eixo “H”, a palavra *contexto* remete à necessidade de se considerar os fenômenos humanos e sociais para garantir uma atenção integral:

H) Interfaces com campos afins do conhecimento: fenômenos Humanos e Sociais para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos (PPC de psicologia da universidade investigada, grifo meu).²

² De forma curiosa, embora haja essa preconização por interface com os aspectos humanos e sociais, não há uma obrigatoriedade de cursar disciplinas centradas na discussão destes fenômenos sociais, essencialmente próximos da sociologia e antropologia. Dado esse que, conforme discutirei mais adiante, dificulta o encontro com as demandas do território no qual a psicologia será aplicada.

Fica claro, com isso, que existe uma ambiguidade na utilização de *contexto*, mas, quando o objetivo é dar o sentido mais amplo, o complemento “social” é usado; porém, quando não há complemento, parece associar-se ao sentido de ambiente ou circunstância, como se esse fosse o sentido normal, carecendo de especificação somente quando desvia do objetivo absoluto. Assim como as etnopsis, que incluem o prefixo *etno* aos saberes *psi*, indicando que estes não englobam o *etno* em seu uso normal, sendo necessário detalhar quando o fazem.

Isso pode ser uma expressão, conforme sistematizado por Karin Knorr-Cetina (1991), da relação constituinte da ciência moderna, no sentido da recusa ou dissimulação do contexto em seu sentido sociocultural.

“O contexto da ciência, seja pessoal, social ou mais amplamente cultural, é normalmente considerado irrelevante para uma compreensão filosófica adequada da ciência” (Giere 1988, p. 3). Este comentário é interessante não apenas porque mostra até que ponto a filosofia considera a ciência sinônimo de racionalidade, mas também porque mostra toda a força com que a racionalidade é vista como sinônimo de procedimento sem contexto, sem textura. Na filosofia da ciência, a racionalidade é caracteristicamente configurada contra o ‘contexto’ em um arranjo centro-periferia, com a racionalidade percebida como estando no centro da conduta de interesse (...) A visão de que ‘contexto’, ‘sociedade’ ou ‘cultura’ está à margem da ciência/conhecimento e que a questão é, na melhor das hipóteses, como domínios que ‘afetam’ o procedimento cientificamente racional é estranhamente auto-restritivo na medida em que ignora como determinante externo de algo que é puro método científico ou puro pensamento, mas como parte da organização interna e desempenho dos procedimentos de desenvolvimento e base de conhecimento (Knorr-Cetina, 1991, p. 106-107).

Este fundamento científico diz respeito ao seu contexto sociocultural de estruturação, pois, como afirma o teórico decolonial Enrique Dussel (2005), as bases epistemológicas da ciência moderna estão enraizadas em um determinado território e momento histórico, em que a colonização se mostra fundante no pensamento, na experiência e nas teorizações filosóficas que deram base para o surgimento da ciência moderna. A exemplo disso, Dussel cita a filosofia cartesiana, que compreendia o poder do pensamento/racionalidade a partir da lógica onipresente da divindade cristã e por meio de um universalismo.

É, então, a partir desta matriz ontoepistêmica, nos termos de Denise Ferreira da Silva (2022), que analiso como o uso de *contexto* aparece no PPC de forma esvaziada em termos socioculturais. Para além da ausência nos documentos, esta dinâmica de silenciamento do contexto sociocultural já foi identificada na prática psicoterapêutica de psicólogos e psiquiatras, na etnografia de Alexandre Pereira (2020), junto a um ambulatório transcultural para imigrantes-refugiadas em São Paulo. Os resultados dessa pesquisa mostram como o ideal universalista do sofrimento psíquico opera na prática de psicólogos e psiquiatras, sobretudo em termos epistemológicos, não só no âmbito dos livros utilizados como referência bibliográfica no curso, mas também na compreensão dos relatos trazidos pelas pacientes, as quais eram analisadas por meio de um manual universal de transtornos mentais. Os argumentos do autor apontam para a caracterização da psicoterapêutica centrada na assimilação *psi*, nos termos de Fanon e Azoulay ([1954] 2020):

Reflexivamente, o psiquiatra adota a política da assimilação. O autóctone não tem necessidade de ser compreendido em sua originalidade cultural. O esforço tem de ser feito pelo “nativo”, que tem todo o interesse em se assemelhar ao tipo de homem que lhe é proposto. A assimilação, nesse caso, não implica reciprocidade de perspectivas. Há toda uma cultura que deve desaparecer em benefício de outra (Fanon; Azoulay [1954] 2020, p. 143).

Nesse sentido, o relato das imigrantes-refugiadas era tomado como fictício, escamoteando uma raiz nosográfica biomédica universal “que não era um modelo explicativo, mas explicação. Se era biologia, não era cultura: apenas era” (Pereira, 2020, p. 147). Ainda segundo o autor, as bases epistemológicas eram aplicadas nos tratamentos e também assumidas e performadas pelos profissionais, ou seja, entendiam-se como agentes universais e aculturais da ciência, ao passo que as imigrantes-refugiadas eram tidas como hiperculturais, prescindindo de uma hierarquia — também característica simbólica da ciência moderna.

De acordo com Pereira (2020), era bastante comum a falta de adesão das imigrantes-refugiadas aos tratamentos em saúde mental, dado esse que não tensionava a equipe de saúde a repensar os métodos e técnicas utilizados, mas acabava por imputar às pacientes uma falta de comprometimento, reforçando o estereótipo de que imigrantes e minorias raciais seriam pacientes problemáticos — algo já assinalado por Frantz Fanon ([1976] 2020) e pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN/MS) brasileira de 2009.

Dessa forma, evidencia-se o emudecimento dessas imigrantes-refugiadas atendidas pelos serviços: essas pessoas e seus problemas tornam-se antes as interpretações que as profissionais que povoam esses espaços fazem delas, do que o que elas mesmas acreditam que sejam — assim, as interpretações tornam-se mais reais que as pessoas. Os saltos interpretativos são próprios de um multiculturalismo condescendente que não acha que deve escutar as pessoas antes de formular juízos de verdade sobre elas e, ainda que as escute, faz-se ouvidos moucos: o autismo cultural é antes uma condição projetada sobre imigrantes-refugiadas do que algo que ela produz internamente a suas estruturas biológicas e/ou psicológicas (Pereira, 2020, p. 140).

Nesse sentido, argumento que este universalismo e descontextualização sociocultural se caracterizam como uma violência em saúde. Realidade essa já relatada em outro país do Sul Global, na qual Frantz Fanon ([1954] 2020), em coautoria com Jacques Azoulay, descreveram a ineficiência de extrapolar métodos e técnicas psicoterapêuticos de um determinado contexto sociocultural para serem aplicados em outro — a saber, a técnica francesa de socioterapia em sujeitos argelinos.

Em 1954, os autores atuavam como médicos-psiquiatras a serviço da França na conjuntura colonial sobre a Argélia, em um hospital psiquiátrico que possuía alas separadas por gênero e nacionalidade. Eles identificaram a eficácia da socioterapia e da ergoterapia (terapia ocupacional) na ala de mulheres europeias, propondo encontros semanais de caráter artístico, laboral e lúdico, que, somados às psicoterapias, se mostraram bastante eficazes — interpretação embasada no aumento das altas médicas, diminuição do uso de equipamentos de contenção e em indicadores gerais de qualidade comunitária de vida. Diante do sucesso desse método, tentaram aplicá-lo na outra ala, a de homens muçulmanos.

O objetivo era criar cooperação comunitária e potencializar a sociabilidade; contudo, foi um fracasso. Os autores constataram que isso ocorreu justamente porque os processos de socialização, endoculturação e subjetivação constroem noções de saúde, doença e terapêuticas específicas e fincadas numa determinada matriz sociocultural. Isto é, não se trata de noções universais, mas particulares. No entanto, por meio da colonização e do imperialismo, a compreensão específica oeste-europeia foi imposta como ideal a outros contextos.

Para chegar a essas conclusões, Fanon e Azoulay ([1954] 2020) realizaram uma investigação etnográfica junto aos seus pacientes e seus territórios, identificando origens, valores e costumes, e descobrindo uma significativa diversidade étnica entre eles. Diante disso, apontaram as razões para o fracasso da extrapolação psicoterapêutica: a linguagem falada era distinta entre o psiquiatra e o paciente; e, como o diagnóstico psiquiátrico se dá pela linguagem, é necessária a compreensão do patrimônio afetivo e cultural da sociedade à qual o sujeito está inscrito.

Além disso, as intervenções artísticas propostas, como teatro, coral, confecção de jornais e cinema, não faziam sentido fora do contexto sociocultural europeu, assim como, em termos lúdicos, as brincadeiras ensinadas em ambientes escolares não eram compartilhadas por crianças árabes, que nesse período da vida dedicam-se à atividade do pastoreio. Ainda, de forma genérica, a ergoterapia junto à terra mostrou-se profícua por associar-se ao vivido pelos sujeitos muçulmanos:

[No] hospital psiquiátrico, pode-se tentar organizar ateliês de rafia, tecelagem ou cerâmica. Mas seria melhor, ao que parece, confiar tais trabalhos às pacientes mulheres [europeias]. Para os homens [muçulmanos], é preciso partir de predisposições mais genéricas e mais arraigadas na personalidade do paciente - constatamos isso com os delirantes e mesmo com os catatônicos. Basta lhes dar uma pá ou uma enxada para que se ponham a carpir e a roçar, sem que haja nenhuma necessidade de incentivá-los a isso. Esses camponeses são próximos à terra, têm um vínculo com ela. E, se conseguirmos atrelá-los a um lote de terra específico, despertar neles o interesse pelo produto do cultivo, então o trabalho será genuinamente um fator de reequilíbrio; essa ergoterapia poderá ser inserida numa atividade social específica (Fanon; Azoulay, [1954] 2020, p. 151).

A partir da importação dos operadores terapêuticos da cultura dos pacientes, como festejos, alimentos e histórias tradicionais, Fanon e Azoulay identificaram maior adesão às atividades e à vivência comunitária, ou seja, maior adesão ao tratamento psicoterapêutico. A importação desses operadores terapêuticos é uma das premissas fundantes das etnopsis, ou abordagens transculturais, e o que todas elas têm em comum é a estreita relação com os saberes e fazeres da antropologia (Siqueira; Vieira; Lima, 2021).

Inclusive, no referido estudo de Fanon e Azoulay ([1954] 2020), os autores diagnosticam que os erros da universalização terapêutica ocorreram devido à falta de integração dos saberes da antropologia contemporânea e que, a partir da utilização desses saberes, foi possível promover intervenções psicoterapêuticas eficazes. Conforme sistematizado por Claude Lévi-Strauss em *A Eficácia Simbólica*, “o universo simbólico do homem organiza-se pela cultura, e mostra que, quando existe coerência entre o internalizado pelo sujeito e a intervenção à qual ele é submetido, a eficácia se comprova” (Lévi-Strauss, [1949] 2008, p. 206).

Nesse sentido, a inserção das ciências sociais, sobretudo da antropologia, mostra-se fundamental para a formação de profissionais da saúde, pois, conforme apontam as pesquisadoras dos estudos sociais de ciência e tecnologia Kristin Asdal e Ingunn Moser (2012), as ciências sociais se caracterizam como dependentes do contexto e promovem o esforço de contextualização no diálogo com outras ciências — algo também assinado pela tradição brasileira da antropologia da saúde (Langdon, 2014). A etnografia de Alexandre Pereira (2020) demonstra não só a importância do uso da antropologia na formação teórica de profissionais da saúde mental, mas sobretudo sua potencialidade na prática cotidiana dos serviços de saúde, seja nos momentos

preliminares do cuidado, como no acolhimento dos pacientes, ou no pós-atendimento, na discussão coletiva dos casos.

Os dados que fundamentam essa indicação estão no relato etnográfico do autor enquanto antropólogo voluntário em um ambulatorio de psiquiatria transcultural, no qual era demandado a ensinar, como docente, sobre o contexto cultural e social para a equipe de saúde e para os profissionais em formação. Assim, a antropologia se mostrou um importante insumo teórico-metodológico em termos formativos, ao promover habilidades de reflexão, contextualização e escuta para os profissionais, diminuindo estereótipos, exotização e etnocentrismo intrínsecos aos saberes *psi* e otimizando a comunicação (Siqueira, 2024).

Ainda que tais valências tenham sido reconhecidas na formação teórica, Pereira relata que, na prática, ao compor o serviço de saúde, as intervenções dos antropólogos incomodavam os profissionais da saúde, sobretudo os psicólogos, muito por conta do jogo hierárquico entre a psicologia e a psiquiatria. Anteriormente ao ingresso dos antropólogos, as contribuições transculturais vinham dos psicólogos, pois estes teriam uma formação teoricamente mais próxima dos aspectos socioculturais quando comparados aos médicos-psiquiatras, o que, no cotidiano, se materializou em posturas resistentes a feedbacks. Sendo assim, o autor percebeu que, embora os saberes antropológicos efetivamente contribuíssem para os serviços de saúde e o cuidado integral em saúde mental, havia variáveis contextuais — macro e micro — que limitavam suas contribuições, a saber: uma ontoepisteme fundamentalmente etnocêntrica e hierárquica, além da introjeção desses valores na performance dos profissionais, bem como querelas relacionadas a disputas de mercado. Dessa forma, os antropólogos, na prática, eram vistos como tradutores da cultura para o sujeito poder ser mais facilmente assimilado psiquicamente:

[...] A antropóloga deveria ajudar, portanto, na limpeza dessa camada externa acessória de modo que médicas e psicólogas pudessem desempenhar seu ofício da mesma forma que faziam com as “sem cultura”, ou seja, com aquelas que não eram consideradas alteridades radicais e que “compreendiam” a - e não acreditavam na - clivagem epistêmica entre as elaborações feitas por médicas e psicólogos e aquelas feitas pelas pacientes imigrantes-refugiadas (Pereira, 2020, p. 135).

Portanto, Pereira notou a tentativa de romper com os princípios éticos de uma antropologia implicada no que tange a levar o sujeito a sério, incentivar a mediação diplomática entre mundos, tensionar saberes em suas bases ontológicas e epistemológicas e, sobretudo, contextualizar socioculturalmente o sujeito. Caso esse rompimento fosse concretizado, todas essas potencialidades seriam anuladas e invertidas, sendo colocadas a serviço da biomedicina de forma acrítica e sem diálogo, contribuindo assim para a assimilação e dominação — algo que não é novidade na antropologia, muito pelo contrário.

3. ENTRE A CIÊNCIA E A SAÚDE MENTAL, O RACISMO. MAS QUAL RACISMO?

Além de uma característica ontoepistêmica dos saberes *psi*, o silenciamento do contexto sociocultural está relacionado à forma como o racismo é reproduzido no Brasil, sobretudo como negação das desigualdades raciais (Gonzalez, 1984), as quais são constituintes do contexto sociocultural. No caso do PPC, identifico que a estratégia de mobilizar o termo “contexto” funciona como um encobrimento da categoria “raça”, uma negação similar àquelas historicamente feitas por meio do suposto englobamento de categorias maiores, como “classe” ou o “social”. E, conforme o uso frequente do termo no documento, com o sentido inócuo que lhe é atribuído, ele se mostra insuficiente para promover a atenção às demandas raciais; isto é, “contexto” não engloba as relações raciais.

Segundo Joaze Bernardino-Costa (2022), as dinâmicas raciais brasileiras foram moldadas, por meio da ideologia da democracia racial, para o antirracismo — uma recusa moral de especificar as pessoas a partir de sua raça/cor. No entanto, ainda segundo o autor, o antirracismo não enfraquece o racismo, mas o torna mais sofisticado ao reforçar sua capilaridade, sendo uma estratégia de negação criada para a manutenção dos privilégios da branquitude. O caminho preconizado pelo autor e pelos movimentos negros brasileiros é a racialização da realidade, ou seja, nomear e utilizar o pertencimento racial como categoria historicamente construída para evidenciar que as desigualdades foram esculpidas a partir dela. Assim, pleitear políticas públicas de reparação, pois entende-se que, para tratar um problema, é preciso reconhecê-lo previamente.

Nesse sentido, como uma proposta histórica da ideologia nacional, a ideia da democracia racial foi um mote para os processos de subjetivação dos brasileiros, sobretudo para aqueles nascidos no último século, quando essa ideologia possuía maior força. Essas pessoas, hoje adultas, gerem, delineiam o Estado e aplicam suas políticas. No cenário das políticas públicas de saúde, Milanezi e Silva (2019) argumentam que esse

antirracismo se materializa no comportamento dos profissionais, por meio da interdição e do silenciamento da raça, da ausência de procedimentos e da resistência ao conhecimento.

De forma similar, analiso que o referido PPC foi delineado sob um viés antirracista, esculpido por docentes que também são gestores — brancos, com formação e produção científica insipientes no que tange às relações raciais — e por meio dos quais foi construída uma formação específica. Segundo Damasceno e Zanello (2022), a ausência das relações raciais na formação tem produzido psicoterapeutas que negligenciam tais relações em suas práticas profissionais, chegando a não considerar o racismo como produtor de sofrimento psíquico.

Ao mesmo tempo, sinalizo que esses docentes gestores também foram formados por um currículo antirracista, o que indica que a reprodução dessa lógica não é uma falha pessoal, mas um dado das dinâmicas raciais no Brasil, em suas complexidades e ausências presentes (Rosa, 2024). Da mesma forma, embora tenha identificado a ausência de disciplinas sobre relações raciais no PPC durante a pesquisa, fui informado, em entrevista, sobre uma reformulação do PPC, indicando que haveria uma disciplina optativa de Psicologia e Relações Étnico-Raciais e que o antirracismo estaria transversalmente presente nessa reformulação. Ou seja, currículos e agentes estão em movimento.

A necessidade de uma formação racializada, ou racista, está estabelecida na literatura científica das ciências humanas e da saúde, considerando que o racismo histórico promove sintomas atuais em suas vítimas, desde a alienação subjetiva (Fanon, 2020), o não pertencimento (Souza, 2020) e a diminuição da autoeficácia (Siqueira; Ramos, 2021), até o adoecimento em transtornos mentais (Williams et al., 2019). Em uma revisão sistemática sobre raça/cor e transtornos mentais no Brasil, realizada por Jenny Smolen e Edna Araújo (2017), identificou-se maior prevalência ou risco de transtornos mentais em pessoas não-brancas quando comparadas aos brancos brasileiros.

Na perspectiva do cientista social estadunidense David R. Williams, a exposição ao estresse é o mecanismo causal da prevalência de transtornos mentais em não-brancos, no que ele denominou “estresse discriminatório” (Williams et al., 1997). Segundo os autores, existe uma articulação entre os aspectos socioculturais e biológicos-químicos no estresse psicossocial gerado pelo racismo no organismo, como na “calcificação das artérias coronárias, desregulação do cortisol e maior estresse oxidativo” (Lewis et al., 2015, p. 4, tradução minha).

Para o também estadunidense Robert Carter (2007), os efeitos do racismo assemelham-se aos sintomas do Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT). Análise corroborada pelos brasileiros Lucas Oliveira e Julia Carvalho (2024) que, a partir de uma leitura fanoniana da sociogênese do racismo, indicam a possibilidade de categorizar o racismo como “trauma vicário” constituinte do TEPT. Ou seja, a frequente exposição às violências cotidianas do racismo, seja contra seus pares ou contra si, pode “gerar expressões psíquicas, emocionais e comportamentais que podem ser caracterizadas dentro do TEPT” (Oliveira; Carvalho, 2024, p. 362).

Nesse sentido, diante da necessidade de se racializar a formação e do potencial contextualizador da antropologia discutido aqui, argumento que o fato de o PPC não aplicar o pilar temático interdisciplinar com as ciências sociais para a formação de psicólogos-psicoterapeutas contribui para a negação das dinâmicas socioculturais, dentre elas as raciais. Entretanto, não compreendo que a simples institucionalização de um pilar temático, em interface com as ciências sociais, garanta um letramento racial crítico das desigualdades, pois isso depende de vários fatores, como a própria formação do docente e a perspectiva política que este adota. Ademais, nem todo conhecimento produzido pelas ciências sociais fundamenta uma leitura crítica, implicada e equitativa da realidade social; muito pelo contrário, alguns cientistas sociais contribuíram para a estigmatização e discriminação de minorias sociais, conforme sinalizado por Lélia Gonzalez (1984).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação de documentos tem se mostrado uma tradição emergente nos estudos antropológicos e/ou etnográficos (Freire, 2022). Como parte da etnografia junto a um grupo de estágio e serviço de psicoterapia vinculado a uma instituição, foi profícuo tomar o PPC de psicologia como artefato etnográfico para a compreensão da racionalidade do Estado e da Ciência acerca da formação de psicólogos-psicoterapeutas na universidade investigada (Lowenkron; Ferreira, 2014), mas também enquanto constituído por relações humanas e como instrumento de conhecimento, poder e segregação (Teixeira; Castilho, 2020). Uma das

pistas tensionadas ao realizar essa compreensão do documento foi a identificação da constância e a investigação da naturalização de palavras, especialmente do termo “contexto”. Essa análise ressoou em mim, pois, enquanto insider — isto é, graduado em psicologia — eu atribuía a esse termo um sentido específico que não era o mesmo imposto no documento.

Elenco esse estranhamento ao que é familiar como uma das características da antropologia (Velho, 1978). Além desse clássico exercício, por meio da discussão teórica, sobretudo a partir de Fanon e Azoulay ([1954] 2020) e Pereira (2020), argumento a potencialidade ético-metodológica da antropologia para gerar reflexividade, não por meio de respostas manualísticas, mas por meio de perguntas, como aquelas que constituem os três subtítulos: para quê? Por quem? Para quem? O que gera? A partir de qual? Sendo assim, essas contribuições fundamentam o tensionamento relativista das bases ontoepistêmicas dos saberes *psi* (Ingold, 2010) e a compreensão de que os processos de sofrimento e suas expressões são social e localmente matizados (Langdon, 2014) e, portanto, suas intervenções e tratamentos também devem ser.

Isto posto, há um incentivo para perguntar melhor, escutar mais fundo e conviver com a incerteza (Ingold, 2019). Portanto, enquanto ciência do contexto — sociocultural — (Asdal; Moser, 2012), argumento que esse diálogo interdisciplinar entre a antropologia e os saberes *psi* potencializa a comunicação entre alteridades, a mediação diplomática entre mundos e um cuidado em saúde mental que ressoa com o contexto sociocultural, que seria, então, racializado.

REFERÊNCIAS

- ABBAD, Gardênia; BORGES-ANDRADE, Jairo. Aprendizagem humana em organizações de trabalho. In: ZANELLI et al. (Orgs.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ASDAL, Kristin; MOSER, Ingunn. Experiments in Context and Contexting. *Science, Technology & Human Values*, v. 37, n. 4, p. 291-306, 2012.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Dynamics of racialization and the anti-racism in Contemporary Brazil. In: ZAKAROV, Nikolay; TATE, Shirley; LAW, Ian; BERNARDINO-COSTA, Joaze (Orgs.). *Futures of Anti-Racism: paradoxes of deracialization in Brazil, South Africa, Sweden and the UK*. Londres: Palgrave Macmillan, 2022. p. 69-137.
- CARTER, Robert. Racism and psychological and emotional injury: Recognizing and assessing race-based traumatic stress. *Counseling Psychology*, v. 35, n. 1, p. 13-105, 2007.
- DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska Maria. Psicoterapeutas brancos/as e clientes negros/as: sobre racismo invisível e lacuna em relações raciais na formação profissional. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 14, n. 42, p. 317-342, 2022.
- DUSSEL, Enrique. *Transmodernidad e interculturalidad: Interpretación desde la Filosofía de la Liberación*. México City: UAM, 2005.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FANON, Frantz; AZOULAY, Jacques. A socioterapia numa ala de homens muçulmanos: Dificuldades metodológicas. In: FANON, Frantz (Org.). *Alienação e liberdade: Escritos psiquiátricos*. São Paulo: Editora Ubu, 2020. p. 171-194.
- FANON, Frantz. *Medicina e Colonialismo*. Feira de Santana: Terra sem Amos, [1976] 2020.
- FERREIRA DA SILVA, Denise. *Homo Modernus: Para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2022.
- FLEISCHER, Soraya et al. Ensaio à la Nacirema: Relato de uma experiência docente em Antropologia. *Revista Café com Sociologia*, v. 3, n. 1, p. 18-40, 2014.
- FREIRE, Lucas. Índícios e registros da “realidade da crise”: A pesquisa etnográfica com documentos e suas possibilidades. *Etnografias Contemporâneas*, v. 8, n. 15, p. 98-121, 2022.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.
- INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*. Porto Alegre, p. 06-25, 2010.
- INGOLD, Timothy. *Antropologia: para que serve?* Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- IPEA. *Atlas do Estado Brasileiro*, 2020.
- KNORR-CETINA, Karin. *Epistemic cultures: Forms of reason in science*. 1991.
- LANGDON, Esther. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 4, p. 1019-1029, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A eficácia simbólica. In: *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LEWIS, Tené et al. Self-reported experiences of discrimination and health: scientific advances, ongoing controversies, and emerging issues. *Annual Review of Clinical Psychology*, v. 11, n. 1, p. 407-440, 2015.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Anthropological perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 11, p. 76-112, 2014.

MARTINS-BORGES, Lucienne et al. Inflexões epistemológicas: a Etnopsiquiatria. *Fractal: revista de psicologia*, v. 31, p. 249-255, 2019.

MILANEZI, Jaciane; SILVA, Graziella. Silêncio: reagindo à saúde da população negra em burocracia do SUS. In: PIRES, R. (Org.). *Implementando Desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

MORO, Marie Rose. *A criança e o saber da cultura: a clínica transcultural*. Petrópolis: Vozes, 2010.

NOGUERA, Renato. Infância em afroperspectiva: Articulações entre Sankofa, Ndaw e Terrixistir. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)*, n. 31, p. 53-70. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi31.28256>.

OLIVEIRA, Lucas; CARVALHO, Júlia. Saúde e racismo: reflexões sobre a violência racial. In: BORTON-CELLO, Cristiane Flôres (Org.). *Violência: Compêndio teórico-prático sobre vítimas e agressores*. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2024. p. 355-372.

PEREIRA, Alexandre. *Viajantes do tempo: imigrantes-refugiadas, saúde mental, cultura e racismo na cidade de São Paulo*. Curitiba: CRV, 2020.

ROSA, William. Quando as diferenças importam: Notas sobre efeitos da presença e ausência da raça no cuidado à saúde. *Anuário Antropológico*, v. 49, n. 3, p. 12-45, 2024.

SCHUCMAN, Lia. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCORSOLINI-COMIN, Fábio; BAIRRÃO, José. *Etnopsicologia e Saúde*. São Carlos: Editora Pedro & João, 2023.

SMOLEN, Jenny; ARAÚJO, Edna. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 12, p. 4021-4030, 2017.

SIQUEIRA, João Paulo. Entre imigração e saúde mental, o racismo: contribuições antropológicas para os saberes e fazeres psi. *Revista de Antropologia*, v. 67, 2024.

SIQUEIRA DE ARAÚJO, João Paulo. *Educação Contextualizada da Escuta: Uma etnografia da formação de psicólogos-psicoterapeutas a partir do Sankofa, grupo de estágio e serviço de psicoterapia para universitários negros*. 2024. 213 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

SIQUEIRA, João Paulo; RAMOS, Rodrigo Maciel. Las (re)configuraciones subjetivas e identitarias de los negros en la Universidad: fricciones epistémicas y aquilombamento académico. *Quaderns de Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 1-23, 2021.

SIQUEIRA, João Paulo; VIEIRA, Luiz Otávio; LIMA, Emilly. Etnopsicanálise no Brasil: revisando literaturas e contextualizando subjetividades. *Pensata*, v. 10, n. 1, 2021.

SOUZA, Neusa. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

TEIXEIRA, Carla Costa; CASTILHO, Sérgio. IPEA: etnografia de uma Instituição, entre pessoas e documentos, 2020.

VELHO, Gilberto. *Observando o familiar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WILLIAMS, David et al. Racial differences in physical and mental health: Socio-economic status, stress and discrimination. *Journal of Health Psychology*, v. 2, n. 3, p. 335-351, 1997.

WILLIAMS, David et al. Understanding how discrimination can affect health. *Health Services Research*, v. 54, n. 1, p. 1374-1388, 2019.